



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2025 – REVOGA DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

AUTORIA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

1 RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Aracruz nº 01/2025, apresentada nos termos do art. 29 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e do art. 145 do Regimento Interno desta Câmara. A iniciativa, subscrita pelo *quorum* competente, tem por objeto suprimir integralmente o art. 94-A da Lei Orgânica do Município.

Consoante a justificativa da proposição, o art. 94-A da LOM, inserido pela Emenda à LOM nº 26/2023, apresentaria antinomia em relação ao art. 95 da própria Lei Orgânica. O artigo 95 (especialmente seus §§ 8º a 17, introduzidos pela mesma Emenda nº 26/2023) já disciplinaria as emendas parlamentares impositivas de forma alinhada ao modelo da Constituição Federal, notadamente quanto aos limites de 2% e 1% da receita corrente líquida (RCL) destinados, respectivamente, a emendas individuais de vereadores e a emendas de bancada. O art. 94-A, por sua vez, conteria disposições incompatíveis com esses parâmetros, gerando duplicidade normativa e potencial conflito interpretativo no texto da Lei Orgânica.

Instaurada a Comissão Especial nos moldes regimentais (art. 145 do RI), foi distribuída a relatoria a este Vereador. Cumpre à Comissão emitir parecer prévio quanto à admissibilidade da proposta, examinando os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa da emenda proposta.

É o relatório. Passa-se à análise.

2 MÉRITO

2.1 Aspectos Constitucionais – Pacto Federativo e Simetria

Inicialmente, cabe verificar a constitucionalidade da proposta, sob os prismas formal e material.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Do ponto de vista formal, a tramitação observa os ditames constitucionais e orgânicos: a proposta em análise foi apresentada por autoridade competente (*quorum* mínimo de vereadores exigido pelo art. 29, I da LOM) e segue o rito especial (duas votações, interstício mínimo e maioria qualificada de 2/3) previsto para emendas à Lei Orgânica (art. 29, § 2º da LOM).

Também foi constituída Comissão Especial para exame prévio, conforme determina o Regimento Interno (art. 145). Logo, não se vislumbra vício de iniciativa nem desrespeito a cláusulas procedimentais estabelecidas na LOM e RI.

Quanto ao material, **a supressão do art. 94-A da LOM não afronta quaisquer cláusulas pétreas ou princípios basilares da Constituição Federal.** Ao contrário, a medida visa sanar antinomia e inconstitucionalidade atualmente existentes na Lei Orgânica. Resalte-se que os Municípios, enquanto entes federativos autônomos, devem organizar-se por meio de suas Leis Orgânicas em consonância com os ditames das Constituições Federal e Estadual, em virtude do princípio da simetria. Assim, normas orgânicas locais que disciplinam o processo orçamentário precisam respeitar os limites e parâmetros gerais traçados pela Constituição Federal, dado tratar-se de matéria de direito financeiro (competência legislativa concorrente – CF, art. 24, I).

No caso vertente, o art. 166, §§ 9º e 12 da CF/88 (introduzidos pelas Emendas Constitucionais nº 126/2022 e 100/2019) instituiu, na União, o regime das emendas parlamentares impositivas ao orçamento, estabelecendo percentuais máximos da RCL para sua aprovação e execução obrigatória – atualmente correspondentes, em âmbito federal, a 2% da RCL em emendas individuais (com destinação de metade desse montante à saúde) e 1% da RCL em emendas de bancada estadual.

A incorporação desse instituto no âmbito municipal é facultativa; porém, uma vez feita, deve guardar simetria com o modelo federal. Não é permitido ao legislador estadual ou municipal dispor em sentido diverso do modelo federal no que tange a percentuais e regras essenciais das emendas impositivas.

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem reiterado que **normas locais que fixem percentuais distintos dos federais ou alterem as vinculações estabelecidas configuram violação ao princípio da simetria e às normas gerais de finanças públicas.** Por exemplo, na ADI 6670/RO questionou-se regra da Constituição estadual que destinava apenas 25% das emendas impositivas à saúde/educação (divergindo dos 50% exigidos na esfera federal), entendimento esse considerado aparentemente incompatível com os arts. 24, I, 25, *caput*, 165, § 9º e 166, §§ 9º a 12 da CF. **Em síntese, o uso de**





formatos ou percentuais distintos do modelo federal pode ser interpretado como violação ao princípio da simetria.

No presente caso, **a antinomia apontada entre o art. 94-A e o art. 95 da LOM indica justamente um descumprimento dessa simetria constitucional.** Enquanto o art. 95 (com redação dada pela Emenda 26/2023) reproduz os parâmetros da CF – garantia de execução obrigatória das emendas parlamentares até o limite de 2% da RCL para emendas individuais (distribuídos equitativamente entre os Vereadores, com metade para ações de saúde), e 1% da RCL para emendas de bancada –, o art. 94-A vigente contém critérios diversos (percentual distinto, e destinação setorial abrangendo saúde e educação em conjunto, além de previsão específica de sanções ao Executivo).

Essa duplicidade normativa interna gera insegurança jurídica e pode levar a interpretações conflitantes no tocante à Lei Orçamentária Anual municipal.

A supressão do art. 94-A vem, portanto, ao encontro da Constituição, pois eliminará do ordenamento local uma disposição incompatível com as normas superiores. Importa salientar que a retirada de tal dispositivo não configura qualquer violação constitucional; não há princípio ou regra federal que obrigue o Município a manter emendas impositivas – trata-se de faculdade do ente local. Assim, a remoção de uma versão do mecanismo originalmente instituído que está em desconformidade com a CF não afronta o pacto federativo, tampouco a independência ou harmonia entre os Poderes municipais. **Pelo contrário, restaura-se a plena conformidade da Lei Orgânica com o arcabouço constitucional, visto que as emendas impositivas locais permanecerão disciplinadas apenas pelo art. 95 (já adequado aos parâmetros federais), removendo-se um ponto de conflito normativo e fortalecendo a segurança jurídica.**

Em conclusão deste ponto, verifica-se que a proposta em análise é materialmente constitucional, pois visa adequar a Lei Orgânica Municipal aos ditames da Constituição Federal, respeitando os princípios do pacto federativo e da simetria constitucional. Não ofende cláusulas pétreas nem direitos fundamentais; ao contrário, promove a coerência vertical e horizontal do ordenamento, harmonizando a autonomia municipal com as balizas financeiras gerais impostas pela União.

2.2 Aspectos de Legalidade e Regimentalidade

No exame da legalidade, constata-se que a proposta também está conforme a legislação infraconstitucional aplicável. A matéria tratada – regras sobre elaboração e execução do orçamento municipal – insere-se na competência legislativa do Município (CF,





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

art. 30, I), devendo, contudo, respeitar as normas gerais de finanças públicas expedidas pela União (CF, art. 24, I e § 1º).

Como visto, a iniciativa busca exatamente assegurar esse respeito aos parâmetros gerais. Não há, portanto, incompatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) ou com a Lei Federal nº 4.320/1964 (que estatui normas gerais de direito financeiro) – ambas admitem que o Município discipline suas emendas orçamentárias, desde que mantidos o equilíbrio fiscal e as exigências de compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ressalte-se que a Emenda nº 26/2023 incluiu na LOM de Aracruz mecanismos inspirados na Constituição Federal para garantir a responsabilidade orçamentária, como a execução condicionada à ausência de impedimentos técnicos ou legais e a necessidade de disposições específicas na LOA para acomodar as emendas. **Tais preceitos (ora contidos no art. 95 da LOM) permanecerão em vigor, de modo que a eventual revogação do art. 94-A não criará lacunas prejudiciais ao regramento orçamentário.**

Pelo contrário, a consolidação de todas as normas sobre emendas impositivas em um único artigo (art. 95) facilitará a interpretação extirpará todas as dúvidas atualmente existentes quanto aos limites.

No aspecto regimental, não se identificam óbices: a tramitação da Proposta de Emenda nº 01/2025 observa as regras do Regimento Interno da Câmara Municipal. Foi lida em Plenário e encaminhada à Comissão Especial competente (RI, art. 145), a qual, a propósito, está a analisar a sua admissibilidade.

A proposição também está redigida conforme as normas de redação legislativa aplicáveis. Nota-se que o texto proposto é sucinto e claro, limitando-se a enunciar a revogação de dispositivo, o que se coaduna com as boas práticas de técnica legislativa (Lei Complementar nº 95/1998). Inexiste qualquer vício de juridicidade.

2.3 Técnica Legislativa – Coerência e Clareza Normativa

Sob o ângulo da técnica legislativa, a iniciativa mostra-se pertinente e bem elaborada. A opção por suprimir integralmente o art. 94-A revela-se adequada para eliminar a divergência normativa sem gerar dúvidas interpretativas residuais. Trata-se de solução de revogação expressa de uma unidade autônoma do texto legal, o que evita conflitos de normas e facilita a consolidação da legislação municipal.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Cumpre salientar que o art. 94-A em questão possui numeração alfanumérica (“A”), indicativo de que foi inserido posteriormente ao art. 94 originário. Sua retirada não demandará renumeração de todos os dispositivos posteriores, mantendo-se incólume a estrutura do Capítulo em que inserido – o art. 95 e seguintes continuarão vigorando normalmente.

Além disso, não há prejudicialidade a eventuais remissões internas: os dispositivos do art. 95 (§§ 8º a 17) que regulam as emendas impositivas municipais não fazem referência necessária ao art. 94-A para produzirem efeito, podendo surtir plena eficácia de forma independente. Desse modo, a coerência interna da Lei Orgânica será mantida e até aprimorada, concentrando em um único artigo todo o regramento relativo às emendas parlamentares ao orçamento. Conforme ensina a boa técnica legislativa, a eliminação de normas conflitantes é medida salutar para a inteligência e aplicabilidade do ordenamento, prevenindo disputas hermenêuticas futuras e reforçando a autoridade da lei.

Diante do exposto, a Proposta de Emenda nº 01/2025, sob o prisma técnico-legislativo, corrige uma incompatibilidade normativa, alinha a lei municipal ao padrão federal e melhora a sistematicidade do texto orgânico. Não há vícios de redação ou contrariedade às regras de elaboração legal. Pelo contrário, a iniciativa contribuirá para a melhor racionalidade e governança da legislação orçamentária local, atendendo ao interesse público.

3 VOTO DO RELATOR

Ante todo o exposto, voto pela **admissibilidade** da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Aracruz nº 01/2025. Entendo que a matéria se reveste de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e adequação técnica, podendo prosseguir em sua regular tramitação.

Recomendo, pois, parecer favorável, para que o Egrégio Plenário desta Câmara Municipal possa deliberar sobre o mérito da proposta em conformidade com a lei.

Aracruz/ES, 07 de novembro de 2025.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA
LÉO PEREIRA
Relator



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340030003000340039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **LEANDRO RODRIGUES PEREIRA** em **07/11/2025 13:21**

Checksum: **FED614197A35703CEDFAB44F344A625A00088245B22A5C8DC94F36519C16588C**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 340030003000340039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.